

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.815 - SP (2019/0335988-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415  
FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI -  
SP321754A  
CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744A  
JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630  
**RECORRENTE** : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM  
TELECOMUNICAÇÕES  
**ADVOGADO** : LUCIANO RANZANI TROGIANI - SP203756  
**RECORRIDO** : MARIA SENHORINHA BENJAMIM  
**AGRAVANTE** : MARIA SENHORINHA BENJAMIM  
**ADVOGADOS** : SIMONE JEZIERSKI - SP238315  
CARLOS EDUARDO MORETTI - SP170911  
**AGRAVADO** : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM  
TELECOMUNICAÇÕES  
**ADVOGADOS** : KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - SP178033  
REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - SP257220  
**AGRAVADO** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415  
FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI -  
SP321754A  
CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - SP321744A  
JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630

**DECISÃO**

Trata-se de recursos especiais interpostos por ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EMPREGADOS EM TELECOMUNICAÇÕES - ABET e TELEFÔNICA BRASIL S.A., contra acórdão de fls. 2354-2360, e-STJ.

1. Discute-se nos apelos nobres de fls. 2363-2384 e 2421-2441, e-STJ, essencialmente, com lastro no art. 31 da Lei 9.656/98, a possibilidade da forma de custeio do plano de saúde fruído por ex-empregados, nos termos do art. 31 da Lei 9.656/98.

Nota-se, contudo, que a Segunda Seção desta Corte afetou a questão à sistemática de recursos repetitivos, cadastrado como Tema 1034, assim delimitada a controvérsia:

Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

Destaque-se, por oportuno, que, na oportunidade, foi determinada a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tratem do assunto, ressalvada

a possibilidade de concessão de medidas urgentes pelas instâncias ordinárias.

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015) não possui carga decisória, por isso se trata de provimento irrecorrível.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

2. Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo da matéria submetida à sistemática dos recursos repetitivos (**Tema 1034**) e eventual retratação prevista nos arts. 1.040, inc. II, e 1.041, ambos do CPC/15.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator